

## Características de crianças assistidas em Programa de Atendimento à Vítimas de Violência Sexual

### Characteristics of children assisted in a Program of Assistance to Victims of Sexual Violence

**Fernanda Monteiro Böer**

Mestre; Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil;  
fernandamboer@gmail.com

**Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro**

Doutora; Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil;  
rosangelaksm@uol.com.br

**Aijalene Pereira Oliveira dos Santos**

Psicóloga; Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil;  
aijalenesantos@gmail.com

**Débora Marques da Costa Souza Guimarães**

Psicóloga; Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil;  
deboramarquescg@gmail.com

**Resumo:** A violência sexual contra crianças é considerada um grave problema de saúde, que acarreta diversas consequências negativas para a vida das vítimas. Assim, este estudo teve como objetivo descrever os indicadores sociodemográficos de crianças assistidas em Programa de Atendimento à Vítimas de Violência Sexual, bem como os dados da agressão vivenciada pelas crianças. Foram utilizados questionário socioeconômico e roteiro padronizado de entrevista. Participaram da pesquisa 13 crianças, de seis a 11 anos de idade ( $M= 7,86$  e  $DP= 1,67$ ). A partir dos resultados, foi possível identificar fatores que podem estar associados à prática da violência sexual, como: reduzida escolaridade dos pais, relações familiares abusivas, predomínio de vítimas do sexo feminino e agressores do sexo masculino. Indicadores quanto ao sexo e ao nível socioeconômico da vítima, bem como características da própria situação de violência corroboram com dados de outros estudos.

**Palavras-chave:** Crianças. Delitos sexuais. Características da população.

**Abstract:** Sexual violence against children is considered a serious health problem, which causes several negative consequences for the victims' lives. Therefore, this study aimed to describe sociodemographic indicators of children assisted in a Program of Assistance to Victims of Sexual Violence, as well as data on the aggression experienced by children. Socioeconomic questionnaire and standard interview script were used. Thirteen children from six to 11 years old, participated in the research ( $M= 7,86$  and  $SD= 1,67$ ). From the results it was possible to identify factors that may be associated with the practice of sexual violence, such as: reduced parental schooling, abusive family relationships, predominance of female victims and male aggressors. Indicators regarding the victim's sex and socioeconomic level, as well as characteristics of the violence situation itself corroborate with data from other studies.

**Keywords:** Children. Sex offenses. Population characteristics.

## 1 Introdução

As ações de violência cometidas contra crianças datam em registros históricos desde as civilizações antigas (Habigzang & Caminha, 2004). Práticas de violência, muitas vezes, realizadas pelos próprios pais, eram comumente vistas como exercício de seus direitos sobre os filhos, asseguradas pelas leis, pelos costumes e pelos princípios religiosos, onde utilizando-se do poder, da relação de confiança, e/ou da força física, o agressor colocava-os em situações para as quais não possuíam condições maturacionais, biológicas e psicológicas de enfrentamento (Rangel, 2011).

As diferentes formas ou expressões da violência podem ser classificadas como: violência física, violência sexual, violência psicológica e, ainda, negligência e abandono (Maia, Nunes, Silva, & Silva, 2017). Entre elas, a violência sexual se destaca por causar sérias consequências ao desenvolvimento infanto-juvenil. Em sentido amplo, este tipo de agressão é compreendido para além do ato da penetração genital, abarcando outras práticas como toques nas genitálias, sexo oral, sexo anal, exibicionismo, *voyeurismo*, assédio verbal, carícias, intercurso interfemural e exibição de materiais pornográficos (Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2014).

Além de violar os direitos humanos básicos, a violência sexual contra crianças pode acarretar prejuízos à saúde mental (depressão, ansiedade, transtornos de pânico, abuso de substâncias e tentativas de suicídio), saúde física (lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e/ou indesejada), danos sociais (dificuldade na interação social, timidez, evasão escolar) e aumento do risco de violência por parceiro íntimo na vida adulta (Dayal et al 2018; UNICEF, 2014). Outro dano que deve ser ressaltado é a estimulação sexual inapropriada a sua idade cronológica (Lordello & Costa, 2013). Por isso, a violência sexual contra crianças é considerada um grave problema social e de saúde pública (Habigzang & Caminha, 2004).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), sabe-se que o conhecimento sobre a verdadeira extensão do problema da violência sexual

contra crianças é dificultado pela deficiência dos dados epidemiológicos. Além disso, segundo (Santos & Dell’Aglia, 2008), por se tratar de uma violência que, muitas vezes, não deixa marcas físicas na vítima, a identificação da violência sexual na população infantil se constitui uma tarefa desafiadora. Ressalta-se ainda o despreparo dos profissionais da rede de proteção quanto ao atendimento de crianças vitimizadas sexualmente e a “cultura profissional de não notificação, independentemente, de sua compulsoriedade” (Pequeno, Nali, Francisco, & Friestino, 2015, p.59).

Diante dos danos provocados pela violência sexual à saúde de crianças, o debate sobre esta temática se intensificou nos últimos anos, em âmbito nacional e internacional, por parte de órgãos governamentais, entidades civis e organizações não governamentais (Paixão & Deslandes, 2010). Em razão disso, diversas medidas têm sido tomadas para o enfrentamento desta situação no Brasil. Dentre elas, destaca-se o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantil-Juvenil, elaborado pelo Governo Federal no ano 2000, o Programa Sentinela e as Redes de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Nicoletti, Giacomozzi, & Cabral, 2017; Ribeiro, Böer, Regatieri, Jacobi, & Dias, 2017).

O Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVVS) foi implantado em 2001 no Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) em Cuiabá-MT. O atendimento é realizado por equipe multiprofissional e tem como objetivo principal prestar assistência imediata, integral e humanizada às crianças e às adolescentes vítimas de violência sexual e as suas famílias, visando assim reduzir os agravos decorrentes deste tipo de violência (Ribeiro et al., 2017).

Dados divulgados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (Brasil, 2020), por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) demonstraram que, no Brasil, no período entre 2015 e 2018, foram registradas 42.929 notificações de casos de violência sexual contra crianças na faixa etária de 0 a 10 anos. Destas notificações, 644 foram registradas no estado de Mato Grosso. Já em Cuiabá-

MT, foram realizadas, no mesmo período e com esta faixa etária, 169 notificações.

Diante do exposto, buscando conhecer o contexto e a dinâmica familiar das crianças atendidas pelo PAVVS, o presente estudo teve como objetivo descrever os indicadores sociodemográficos de crianças assistidas no referido programa, bem como os dados da violência sexual vivenciada pelas crianças.

## 2 Método

Trata-se de pesquisa descritiva, de levantamento e de abordagem quantitativa. Segundo (Gil, 2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Além disso, em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa de levantamento, já que, segundo (Medronho, 2006), este tipo de estudo preocupa-se em produzir dados estatísticos sobre um grupo de participantes.

### 2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 13 crianças, de seis a 11 anos de idade ( $M=7,86$  e  $DP=1,67$ ), que se encontravam em acompanhamento psicológico no PAVVS. Foram considerados critérios de inclusão neste estudo: crianças na faixa etária do estudo (seis a 11 anos), assistidas no programa entre os meses de outubro de 2017 a junho de 2018, período correspondente ao semestre letivo acadêmico em que foi realizada a coleta de dados por estagiárias de Psicologia durante a disciplina de Prática Orientada em Pesquisa I e II. Cumpre destacar que, neste período, 19 crianças, nesta faixa etária, realizaram acompanhamento psicológico no PAVVS. No entanto, os dados de seis crianças não foram contemplados na pesquisa, ante o não consentimento de seus pais e/ou responsáveis em participarem do presente estudo.

Para esta pesquisa, a coleta de dados foi realizada diretamente com os pais ou responsáveis das crianças, que responderam aos instrumentos. Salienta-se ainda que as crianças são assistidas no Programa em casos de suspeita ou confirmação de violência sexual. Assim, por ser um serviço da área de saúde,

referência no Estado de Mato Grosso, o PAVVS não tem como propósito a comprovação da ocorrência ou não da agressão, mas sim, prestar atendimento às possíveis vítimas.

## 2.2 Instrumentos

Para a coleta de dados, foram utilizados: questionário socioeconômico, elaborado com base no modelo da Associação Brasileira de Empresa de Pesquisas (ABEP) e roteiro padronizado de entrevista utilizado pelo Serviço de Psicologia do referido Programa. O primeiro instrumento foi construído para a caracterização dos dados sociais e econômicos da família da criança, de acordo com a renda média domiciliar classificada segundo o estrato socioeconômico do Critério de Classificação Econômica Brasil da ABEP (2018), o qual propõe seis níveis econômicos, a saber: Nível D-E: R\$ 708,19; Nível C2: R\$ 1.691,44; Nível C1: R\$ 2.965,69; Nível B2: R\$ 5.363,19, Nível B1: R\$ 10.386,52, Nível A: R\$ 23.345,11. Já o segundo instrumento, foi utilizado para identificar informações sobre a família da criança, a possível violência sexual que a criança sofreu, bem como dados do suposto agressor sexual.

## 2.3 Procedimentos

O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 65726017.5.0000.5541. Como cuidados éticos foi dada a autorização inicial dos pais ou responsáveis de cada criança, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo-se as exigências éticas preconizadas pelas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A partir da aprovação do projeto, a coleta de dados foi realizada individualmente, em sala cedida pela Unidade Psicossocial do HUJM, apenas com os pais ou representantes legais da criança.

## 2.4 Análise dos dados

Os dados foram submetidos à estatística descritiva e serão expostos levando-se em consideração a distribuição das frequências absoluta (frequência com que cada categoria analisada se repete no total da amostra) e relativa (representando o percentual de cada categoria do total da amostra). As informações obtidas foram inseridas em planilha eletrônica de forma a facilitar a visualização, formar banco de dados e, em seguida, foram organizados de forma a constituir três categorias de análise. São elas: indicadores sociodemográficos das crianças supostamente vítimas de violência sexual (compreendendo características como o sexo, a idade, a escolaridade e o vínculo escolar das crianças), dados socioeconômicos das famílias das crianças (abrangendo a configuração familiar, a escolaridade dos pais, o tipo de residência e o nível socioeconômico) e dados relativos à suposta violência ocorrida (compreendendo o vínculo da criança com possível agressor, local onde ocorreu a agressão e tipo de violência sexual implicada).

No que concerne à violência sexual, há que se considerar que, neste estudo, empregou-se a categorização adotada por (Hohendorff et al., 2014). Para esses autores, a violência sexual pode ser classificada: com contato físico, sem contato físico e a exploração sexual visando a obtenção de lucro. A violência sexual com contato físico pode ocorrer sem penetração (toques, carícias, intercurso interfemural) e com penetração (digital, objetos, oral, genital, anal). Já a violência sexual sem contato físico envolve o assédio verbal, a exposição a material pornográfico, o exibicionismo e o *voyeurismo*.

## 3 Resultados

Os dados referentes às 13 crianças que compuseram a amostra revelaram que a maioria era do sexo feminino (76,9%). Quanto à faixa etária, a idade variou entre os seis e 11 anos de idade ( $M= 7,86$  e  $DP= 1,67$ ), com maior prevalência (84,6%) de crianças com seis e nove anos. Houve predominância (92,3%) de crianças que estavam cursando o Ensino Fundamental e apenas uma

criança (7,7%) cursava a Educação Infantil, porém não estava frequentando a escola quando foi atendida no programa.

No que diz respeito aos dados socioeconômicos dessas famílias, a Tabela 1 mostra as informações acerca da configuração familiar, da escolaridade dos pais, do tipo de residência e do nível econômico dessas famílias.

**Tabela 1** - Distribuição da frequência (N) e porcentagens (%) dos dados socioeconômicos das famílias das crianças

Características	N	%
<b>Configuração familiar</b>		
Pais casados / vivendo sob regime de união estável	05	38,4
Pais separados	08	61,6
<b>Escolaridade do Pai</b>		
Ensino Fundamental Incompleto / Completo	05	38,4
Ensino Médio Incompleto / Completo	02	15,4
Ensino Superior Incompleto / Completo	02	15,4
Não informado	04	30,8
<b>Escolaridade da Mãe</b>		
Ensino Fundamental Incompleto / Completo	04	30,8
Ensino Médio Incompleto / Completo	04	30,8
Ensino Superior Incompleto / Completo	04	30,8
Não informado	01	7,6
<b>Tipo de residência</b>		
Própria	09	69,2
Cedida	02	15,4
Alugada	02	15,4
<b>Nível Socioeconômico da família*</b>		
A	01	7,7
B1	01	7,7
B2	02	15,4
C1	02	15,4
C2	05	38,4
D-E	02	15,4

\* Renda média domiciliar classificada segundo o estrato socioeconômico do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2018): Nível D-E: R\$ 708,19; Nível C2: R\$ 1.691,44; Nível C1: R\$ 2.965,69; Nível B2: R\$ 5.363,19, Nível B1: R\$ 10.386,52, Nível A: R\$ 23.345,11.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Conforme exposto na Tabela 1, quanto à configuração familiar, a maioria (61,6%) das crianças eram provenientes de famílias de pais separados, enquanto 38,4% eram casados ou viviam sob regime de união estável. Em relação à escolaridade do pai da criança, 38,4% possuíam Ensino Fundamental Incompleto/Completo, 15,4% apresentaram Ensino Médio Incompleto/Completo, 15,4% Ensino Superior Incompleto/Completo e 30,8%

não responderam. No tocante à escolaridade das mães, pôde-se perceber uma certa equidade na distribuição dos níveis de instrução quanto ao Ensino Fundamental, Médio e Superior Incompleto/Completo, representando 30,8% em cada nível. Em 7,6% dos casos, este dado não foi apresentado.

Quanto ao tipo de moradia, houve predomínio (69,2%) de famílias que moravam em residência própria e apenas 15,4%, em casa cedida ou alugada. Assim sendo, identificou-se predominância de famílias concentradas no nível C2 (38,4%), seguidos com a mesma porcentagem entre os níveis B2 (15,4%), C1 (15,4%) e D-E (15,4%). Apenas uma família apresentou renda mensal compatível ao nível A (7,7%) e outra no nível B1 (7,7%). Estes dados indicam que a renda familiar desses participantes estava concentrada nos níveis econômicos mais baixos do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2018).

**Tabela 2** - Distribuição em termos de frequência (N) e porcentagens (%) dos dados relativos à suposta violência sexual implicada

Dados	N	%
<b>Vínculo com o possível agressor</b>		
Familiar	06	46,2
Conhecido da família	06	46,2
Não informado	01	7,6
<b>Sexo do possível agressor</b>		
Feminino	0	0
Masculino	13	100
<b>Local em que ocorreu a suposta agressão</b>		
Na própria casa	03	23
Na casa de um familiar	04	30,8
Na casa de uma pessoa conhecida da família	04	30,8
Em um terreno	01	7,7
Não informado	01	7,7
<b>Tipo de violência sexual cometida</b>		
Contato físico sem penetração	09	69,2
Contato físico com penetração	02	15,4
Não informado	02	15,4

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

De acordo com a Tabela 2, todos os supostos agressores eram do sexo masculino (100%). Em 46,2% dos casos, os possíveis agressores tinham vínculo familiar com a vítima (avô, pai, padrasto, tio, primo e companheiro da avó) e em 46,2% apresentavam vínculos íntimos de afeto com a criança (vizinhos, filhos

de vizinhos e amigos da família). Ainda que em apenas um caso (7,6%) não tenha sido possível identificar o vínculo com o suposto agressor, os dados sugerem que o perpetrador da violência sexual contra a criança é, predominantemente, uma pessoa que apresenta estreito vínculo (familiar ou não) com a vítima.

Em relação ao local da ocorrência da suposta agressão, percebe-se maior incidência da prática de violência em locais conhecidos pela criança, tais como: residência de um familiar (30,8%), na mesma proporção, na residência de uma pessoa conhecida da família (30,8%) e na residência da criança (23%). Essas informações indicam que o ambiente doméstico foi o lugar frequente em que a violência sexual foi supostamente praticada contra as vítimas.

Os dados demonstraram que o principal tipo de violência sexual cometido contra a criança foi provocado mediante contato físico com a vítima (69,2%), mas sem a ocorrência de penetração, variando de masturbação da vítima pelo agressor (ou vice e versa), esfregar-se ou passar a mão no corpo da criança e toque na genitália da vítima. Em dois casos (15,4%) houve contato físico entre o agressor e a criança, em que a violência sexual foi praticada com penetração oral ou genital.

Além disso, em dois casos a criança sofreu mais de um tipo de categoria da violência sexual, sendo: sem contato físico (mediante à exposição à material pornográfico e à exibição da genitália) e com contato físico e sem penetração (passar a mão pelo corpo da vítima) e com penetração (sexo oral). Ressalta-se que em 15,4% dos casos não foi identificado o tipo de violência cometida contra a criança.

## **4 Discussão**

### **4.1 Indicadores sociodemográficos das crianças supostamente vítimas de violência sexual**

Considerando que a maioria dos casos se referem a vítimas do sexo feminino e que todos os possíveis agressores são do sexo masculino, (Vasconcelos, Ferreira, Oliveira, Siqueira, & Pinheiro 2010) atribuíram à

diferença de casos notificados dominante para a figura feminina como uma violência de gênero. Partindo dessa premissa, (Ribeiro, Ferriarini, & Reis 2004) apontam que a incidência da violência sexual em vítimas do sexo feminino pode estar relacionada às questões de desigualdade de gênero, já que as meninas são os alvos preferenciais dos agressores. Um dos fatores para a manutenção deste fenômeno está associado à concepção social patriarcal, em que se percebe o domínio do masculino sobre o feminino (Dias, Costa, & Musse, 2018; Wassermann, 2011).

Embora os casos notificados apresentassem predominância de vítimas do sexo feminino – consonante com outros estudos brasileiros que apontam nesta direção (Chehab et al., 2017; Martins & Jorge, 2010; Santos, Mascarenhas, Rodrigues, & Monteiro, 2018; Sena, Silva, & Falbo Neto, 2018) – deve-se destacar que a subnotificação ocorre em casos de ambos os gêneros (Vasconcelos et al., 2010). Impasses quanto à dificuldade em revelar o abuso, o pacto do segredo estabelecido entre vítima e agressor, geralmente, sob ameaças, faz com que os dados acerca das agressões sexuais cometidas contra crianças estejam distantes de refletir a realidade (Hohendorff & Patias, 2017).

Alguns autores afirmam que a subnotificação pode ser ainda maior no caso dos meninos (Hohendorff et al., 2014). Além das dificuldades comuns para ambos os sexos em denunciar este tipo de violência, diversos fatores estão associados à não revelação da violência sexual por crianças do sexo masculino. Isto porque, as regras de gênero definidas socialmente estabelecem, muitas vezes, que os homens devam ser fortes e que não precisam de proteção, o que pode contribuir para que os meninos tenham maior dificuldade em denunciar o abuso sexual (Baía, Veloso, Habigzang, Dell’Aglío, & Magalhães, 2015).

Ainda neste sentido, os estigmas direcionados às vítimas de violência sexual do sexo masculino se referem à dúvida quanto à identidade de gênero e à orientação sexual ou a não consideração da violência, percebendo-a como iniciação sexual quando esta é perpetrada principalmente por uma figura feminina (Hohendorff et al., 2014). Frente a isso, esses autores também apontam que há maior dificuldade dos profissionais em identificar as agressões sexuais

cometidas contra meninos. Os resultados obtidos nesse estudo demonstram que as meninas são maioria no que diz respeito ao atendimento de saúde no PAVVS, não evidenciando necessariamente que a violência sexual contra crianças do sexo masculino ocorra com menor frequência.

No que diz respeito à faixa etária, a média de idade obtida de 7,86 anos difere de outras pesquisas brasileiras que retratam que as crianças atendidas em programa de apoio apresentavam faixa etária, predominantemente, entre oito e 12 anos incompletos (Vasconcelos, Ferreira, Oliveira, Siqueira, & Pinheiro, 2010) ou entre 12 a 14 anos (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008). Destaca-se que as crianças participantes deste estudo se encontravam em idade escolar. Sobre isso, investigações que buscaram caracterizar situações de violência sexual infantil (Chehab et al., 2017; Elmi, Daignalut, & Hébert, 2018; Sena et al., 2018) ressaltam que vítimas com idades superiores são mais propensas a revelar intencionalmente (de forma verbal e espontânea) as agressões sexuais, comparativamente às crianças mais novas (Baía et al., 2015). Neste contexto, os casos de vítimas na fase pré-escolar também podem estar associados à subnotificação.

Para além das denúncias advindas da Delegacia, Polícia Civil, Conselho Tutelar e dos membros da família, a escola se caracteriza como uma importante instituição na defesa dos direitos da criança dada a sua presença no cotidiano desta (Baptista et al., 2008). Assim sendo, considerando as inúmeras alterações comportamentais, físicas, emocionais e cognitivas provenientes da agressão sexual, muitas vezes, é no ambiente escolar que a criança manifestará as consequências da violência. Face a esta realidade, (Poletto, Souza, & Koller 2013) enfatizam a necessidade da capacitação dos profissionais inseridos no ambiente escolar para a garantia e defesa dos direitos da criança.

## 4.2 Dados socioeconômicos das famílias das crianças

Quanto à configuração familiar, identificou-se predominância de crianças provenientes de famílias, em que os pais eram separados. Alguns autores sinalizam o divórcio e a separação dos pais como um fator de risco ao

desenvolvimento infantil (Amato, 2014; Raposo et al., 2011). Além disso, considerando que os pais também foram descritos como supostos agressores da violência sexual nesta pesquisa, deve-se salientar a possibilidade de falsas acusações de abuso sexual em função de sentimento de vingança ou desavenças entre os ex-cônjuges em um contexto de alienação parental (Nüske & Grigorieff, 2015). Outra vulnerabilidade que envolve as crianças filhas de pais separados/divorciados é a prática de violência sexual pelos padrastos das vítimas, dado este comumente observado na literatura científica (Martins & Jorge, 2010; Platt, Back, Hauschild, & Guedert, 2018).

No que se refere ao nível socioeconômico, a maioria das famílias (69,2%) apresentaram baixa renda, concentradas nas classificações econômicas C, D e E (ABEP, 2018). A literatura sinaliza que a violência sexual contra crianças pode estar relacionada às condições de pobreza e ao baixo nível socioeconômico, destacando-as como fatores de vulnerabilidade (Baptista et al., 2008; Monteiro & Veras, 2017; Pinto Junior, Borges, & Santos 2015). (Sena et al., 2018) corroboram essa ideia ao constatar que os maiores índices de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados em bairros mais periféricos, com grandes desigualdades sociais e baixos níveis de escolaridade.

Isso não significa que a violência sexual é um fenômeno que acomete apenas classes com maior vulnerabilidade social. Para Said (2017), populações pertencentes a classes sociais mais privilegiadas podem contar com outros recursos para o enfrentamento da situação de violência, de forma a não recorrer aos serviços públicos de atendimento e proteção à criança e ao adolescente para notificar a agressão.

Cumprido salientar que a reduzida renda econômica familiar pode estar associada à baixa escolaridade dos pais, uma vez que os resultados obtidos indicam a prevalência (38,4%) de pais que apresentavam apenas o ensino fundamental completo/incompleto e ainda, por ser um serviço de atendimento da rede de saúde pública. Em se tratando desses indicadores, alguns estudos retratam os efeitos do nível de instrução sobre a renda econômica, comprovando

a relação linear e positiva entre escolaridade e rendimento (Barros, 2017; Salvato, Ferreira, & Duarte, 2010).

Said (2017) aponta que a comunidade em que se está inserido pode tornar-se um fator de risco pela carência de recursos sociais, educacionais e econômicos. A autora evidencia a baixa escolaridade como um agravante para a compreensão e nomeação do que é violência, além de dificultar o acesso às instituições da rede de proteção decorrente da falta de entendimento acerca do funcionamento deste sistema, podendo provocar, dessa forma, a subnotificação dos casos de violência contra a criança. No entanto, deve-se associar com cautela a baixa renda, a baixa escolaridade das famílias e a maior incidência de violência sexual, pois, embora existam evidências entre a experiência da situação de violência sexual e o baixo nível socioeconômico, alguns autores demonstram que esse fenômeno atinge crianças de diferentes níveis sociais e econômicos (Florentino, 2015; Said, 2017). Há ainda indicadores que populações com alta renda recorrem a outros serviços (que não os públicos) frente à vivência da situação de violência, fazendo com que os casos sejam preservados ou ocultados sendo conhecidos apenas na esfera familiar (Pinto Junior et al., 2015; Said, 2017).

### **4.3 Dados relativos à suposta violência sexual implicada**

Neste estudo, em 46,2% dos casos foi constatado a prática de violência intrafamiliar supostamente cometida por avô, pai, padrasto, tio, primo ou companheiro da avó da vítima. Além disso, em outros 46,2% dos casos, a agressão foi praticada em um contexto extrafamiliar, perpetrada por vizinhos, filhos de vizinhos ou amigos da família. Os resultados refletem que a violência sexual pode ter sido cometida por pessoas que apresentavam algum vínculo íntimo de afeto com a vítima, dados também corroborados com pesquisas recentes que conferem à violência sexual um caráter predominante intrafamiliar (Costa, Rocha, & Cavalcante, 2018; Muniz & Araújo, 2018; Platt et al., 2018; Soares et al., 2016). Nestes casos, a família acaba invertendo o seu papel

protetivo, apresentando potencial fator de risco ao desenvolvimento infantil (Maia et al., 2017).

Ainda sobre os aspectos intrafamiliares da violência sexual infantil, é importante ressaltar que nesses contextos a revelação da agressão torna-se mais difícil. Isto porque, quando a prática da violência se dá no âmbito familiar, a criança, muitas vezes, é constrangida a firmar um pacto de silêncio, sob ameaças de graves consequências, como a morte e a destruição da família, portanto, algumas crianças podem passar pela síndrome de acomodação, resignando-se frente à violência sofrida (Costa et al., 2018). Platt et al. (2018) afirmam ser a barreira entre a esfera doméstica e a pública uma problemática para o avanço da prevenção e prestação de serviços para as vítimas, tendo em vista que o muro do silêncio constitui-se como um fenômeno recorrente por se tratar de um agressor do convívio da vítima.

A partir dessa perspectiva, aponta-se a possível relação do local da agressão com o vínculo com o agressor, dado o predomínio da suposta ocorrência da violência no contexto intrafamiliar e doméstico, constatado nesta pesquisa. (Pincolini e Hutz 2014) corroboram com essa concepção, já que consideram que a rede de ajuda que se forma para os cuidados da criança, caracterizada pela presença de avós, tios, primos e outros parentes e que se estende também aos vizinhos, principalmente em famílias de baixa renda, constitui-se como um fator facilitador para a ocorrência de violência sexual, pelo fato da criança circular por várias casas e ter múltiplos cuidadores.

Cabe destacar, quanto ao sexo do possível agressor, que o sexo masculino constituiu 100% da amostra. Estudos nacionais apresentam resultados semelhantes (Costa et al., 2018; Pincolini & Hutz, 2014; Platt et al., 2018; Said, 2017), reforçando a perspectiva de gênero que caracteriza a violência sexual. Embora a prática de agressões sexuais por homens seja frequentemente abordada na literatura científica, atos de violência sexual cometidos por mulheres também são evidenciados (Nicoletti et al., 2017).

Quanto ao tipo de agressão sexual, alguns autores destacam a gravidade das situações abusivas na diferenciação das vítimas de violência sexual, sendo

os meninos vítimas de formas mais graves de violência, com o uso de força e penetração, enquanto que as meninas são na maior parte vítimas de toques e exibicionismo (Leung, Cutis Junior, & Mapp, 2010; Said, 2017). Portanto, independentemente do tipo de violência e do gênero da criança, as consequências para as vítimas podem ser severas.

## 5 Considerações Finais

Os resultados permitiram identificar alguns indicadores que podem estar associados à prática da violência sexual, tais como: reduzida escolaridade dos pais, baixo nível socioeconômico da família, relações familiares abusivas e perfil das vítimas associadas às questões de gênero. Indicadores quanto ao sexo e ao nível socioeconômico da vítima, bem como características da própria situação de violência (local, tipo de violência e características do agressor) corroboram com o que é tido como comum ou mais frequente em relação à violência sexual.

Os dados apresentados retratam que a violência sexual cometida contra crianças continua assumindo um caráter de gênero, social, intrafamiliar e doméstico, conforme já evidenciado em outras pesquisas brasileiras. Outro dado que merece destaque é que, embora o PAVVS seja voltado para o atendimento de vítimas, independentemente, da sua classe social, o perfil da clientela atendida refere-se às crianças de baixo nível socioeconômico. Este indicador demonstra a importância das políticas públicas sociais e de saúde voltadas para as populações mais desfavorecidas.

Ainda que não se trate de casos comprovados de violência sexual, considera-se que a denúncia, por si só, provoca mudanças na vida da criança e da sua família, podendo, muitas vezes, ser caracterizado como um evento estressor. No entanto, o acolhimento e o atendimento da vítima e da família se constituem em um importante fator de proteção. Nestes termos, é imprescindível a continuidade de pesquisas neste âmbito para uma melhor compreensão acerca da violência sexual contra crianças, possibilitando a formulação de estratégias preventivas, detecção precoce e atendimento efetivo das vítimas, minimizando

assim as consequências negativas advindas desta experiência ou, até mesmo, evitando a sua ocorrência.

Deve-se considerar como limitador deste estudo o número reduzido de participantes, o que não permite fazer inferências abrangentes acerca desta problemática por se tratar de uma amostra pouco representativa da realidade. Isto sugere que pesquisas com amostras maiores são necessárias.

Acredita-se que o levantamento de dados descritivos acerca da situação de violência sexual vivenciada por crianças pode subsidiar ações preventivas e assistenciais que visem o combate e/ou a redução das agressões sexuais. Por fim, a compreensão acerca dos fatores de risco associados à prática de violência sexual infantil pode possibilitar o desenvolvimento de intervenções que promovam a orientação e a conscientização das crianças e de seus familiares na prevenção e enfrentamento deste tipo de violência.

## Referências

- Amato, P. R. (2014). The consequences of divorce for adults and children: An update. *Društvena Istraživanja*, 23, 5-24. doi.org/10.5559/di.23.1.01
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2018). Critério de Classificação Econômica Brasil. Recuperado de: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em 01 abr. de 2020
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell’Aglío, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 24(1), 1-19. doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37007.
- Barros, D. S. (2017). Escolaridade e Distribuição de Renda Entre os Empregados na Economia Brasileira: Uma Análise Comparativa dos Setores Público e Privado dos Anos 2001 E 2013. *Revista de Economia Contemporânea*, 21(3), 1-26. doi.org/10.1590/198055272135.
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em

- um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608. [doi.org/10.1590/S0103-21002008000400011](https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000400011).
- Brasil. (2020). *Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)*. Ministério da Saúde. Recuperado de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violebr.def>. Acesso em: Acesso em 01 de jul. de 2020.
- Chehab, M. A. D., Paiva, L. S., Figueiredo, F. W. S., Blanca, E. G. D., Reato, L. F. N., & Adami, F. (2017). Características do abuso sexual em Santo André, São Paulo: das vítimas ao agressor, do diagnóstico ao tratamento. *Journal of Human Growth and Development*, 27(2), 228-234. [doi.org/10.7322/jhgd.123611](https://doi.org/10.7322/jhgd.123611).
- Costa, L. P., Rocha, C. J. B., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. *Temas em Psicologia*, 26(1), 283-295. [doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt](https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt).
- Dayal, R., Kalokhe, A. S., Choudhry, V., Pillai, D., Beier, K., & Patel, V. (2018). Ethical and definitional considerations in research on child sexual violence in India. *BMC Public Health*, 18(1), 1144. [doi.org/10.1186/s12889-018-6036-y](https://doi.org/10.1186/s12889-018-6036-y).
- Dias, G. C., Costa, M. C. O., & Musse, J. O. (2018). Violação Sexual de Crianças e Adolescentes: perfil dos casos notificados nos Conselhos Tutelares em município de grande porte da Bahia. *Revista de Saúde Coletiva da UEFs*, 8, 23-29. [doi.org/10.13102/rscdauefs.v8.2972](https://doi.org/10.13102/rscdauefs.v8.2972).
- Elmi, M. H., Daignault, I. V., & Hébert, M. (2018). Child sexual abuse victims as witnesses: The influence of testifying on their recovery. *Child Abuse & Neglect*, 86, 22–32. [doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.09.001](https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.09.001).
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144. [doi.org/10.1590/1984-0292/805](https://doi.org/10.1590/1984-0292/805).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção*. Curitiba: Juruá.
- Hohendorff, J. V., & Patias, N. D. (2017). Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49, 239-257. [doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474](https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474).
- Leung, P., Cutis Junior, R. L., & Mapp, C. S. (2010). Incidences of sexual contacts of children: Impacts of family characteristics and family structure from a national sample. *Children and Youth Services Review*, 32, 650–656. [doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.12.012](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.12.012).
- Lordello, S. R. M., & Costa, C. L. F. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 127-135. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2013000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2013000200008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 01 de abr. de 2020.
- Maia, R. C., Nunes, T. G. R., Silva, L. I. C., & Silva, K. M. (2017). Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8. [doi.org/10.1590/0102.3772e33312](https://doi.org/10.1590/0102.3772e33312).
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 19(2), 246-255. [doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005](https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005).
- Medronho, R. A. (2006). *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu.
- Monteiro, R. A., & Veras, R. T. A. (2017). A questão habitacional no Brasil. *Mercator*, 16, 1-13. [doi.org/10.4215/rm2017.e16015](https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015).
- Muniz, P. E. M. A., & Araújo, F. C. (2018). Serra do Silêncio: Violência Sexual em Maranguape (CE). *Temporalis*, 18(35), 355-371. [doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35](https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35).

- Nicoletti, M., Giacomozzi, A. I., & Cabral, M. F. (2017). Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometido por mães. *Revista de Psicologia*, 35(2), 423-452. [doi.org/10.18800/psico.201702.002](https://doi.org/10.18800/psico.201702.002).
- Nüske, J. P. F., & Grigorieff, A. G. (2015). Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 77-87. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 01 de abr. de 2020.
- Organização Mundial da Saúde (2015). Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. *Núcleo de Estudos da Violência (Trad.)*. Recuperado de: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em 01 de abr. de 2020.
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 114-126. [doi.org/10.1590/S0104-12902010000100009](https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100009).
- Pequeno, R. S. M., Nali, M. C., Francisco, P. M. S. B., & Friestino, J. K. O. (2015). Perfil da Violência contra as crianças e adolescentes: contribuições do SINAN para o planejamento em saúde. *Boletim do Instituto de Saúde – BIS*, 16(2), 55-61. Recuperado de: [https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s3/pt\\_0034-7167-reben-71-s3-1237.pdf](https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s3/pt_0034-7167-reben-71-s3-1237.pdf). Acesso em 01 de jul. de 2020.
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311. [doi.org/10.9788/TP2014.2-03](https://doi.org/10.9788/TP2014.2-03).
- Pinto Junior, A. A., Borges, V. C., & Santos J. G. (2015). Caracterização da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes e as Estratégias Interventivas em um Município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131. [doi.org/10.1590/1414-462X201500020062](https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062).
- Platt, V. B., Back, I. C., Hauschild, D. B., & Guedert, J. M. (2018). Sexual violence against children: authors, victims and consequences. *Ciência &*

*Saude Coletiva*, 23(4), 1019-1031. [doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016](https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016).

Poletto, M., Souza, A. P. L., & Koller, S. H. (2013). *Direitos humanos, prevenção à violência contra crianças e adolescentes e mediação de conflitos: manual de capacitação para educadores*. Porto Alegre: Ideograf.

Rangel, P. C. (2011). *Abuso Sexual intrafamiliar recorrente* (2ª. ed.). Curitiba: Juruá.

Raposo, H. S., Figueiredo, B. F. C., Lamela, D. J. P. V., Nunes, C. R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Archives of Clinical Psychiatry*, 38(1), 29-33. [doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007](https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007).

Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre pesquisas e testes em seres humanos. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 01 de abr. de 2020.

Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em 01 de abr. de 2020.

Ribeiro, R. K. S. M., Böer, F. M., Regatieri, K. F., Jacobi, M. S., & Dias, T. L. (2017). Atendimento Psicológico à crianças e ao adolescente vítima de violência sexual: caracterização do serviço em centro de referência. In: Ferrão, E. S.; Emuno, S. R. F., Santiago, D. R. P. (Org.). *Infância em Segurança: prevenir violência e fortalecer enfrentamento positivo*. Curitiba, PR: Editora CRV.

Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464. [doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200013](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200013).

- Salvato, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M. (2010). O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, 40(4), 753-791. [doi.org/10.1590/S0101-41612010000400001](https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000400001).
- Santos, M. J., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., & Monteiro, R. A. (2018). Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(2), 1-10. [doi.org/10.5123/s1679-49742018000200010](https://doi.org/10.5123/s1679-49742018000200010).
- Said, A. P. (2017). *Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24561/1/2017\\_AmandaPinheiros\\_aid.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24561/1/2017_AmandaPinheiros_aid.pdf). Acesso em 01 de abr. de 2020.
- Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de psicologia*, 25(4), 595-606. [doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400014](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400014).
- Sena, C. A., Silva, M. A., & Falbo Neto, G. H. (2018). Incidência de Violência Sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012/2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (5), 1591-1599. [doi.org/10.1590/1413-81232018235.18662016](https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.18662016).
- Soares, M. R. S., Silva, N. L., Matos, M. A. S., Araújo, E. T. H., Silva, L. R. & Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9(1), 87-96. Recuperado de: [https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/download/754/pdf\\_288](https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/download/754/pdf_288). Acesso em 01 de abr. de 2020.
- United Nations Children's Fund. (2014). *Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children*. Recuperado de: [https://www.unicef.org/publications/index\\_74865.html](https://www.unicef.org/publications/index_74865.html). Acesso em 01 de abr. de 2020.
- Vasconcelos, K. L., Ferreira, A. G. N., Oliveira, E. N., Siqueira, D. D., & Pinheiro, P. N. C. (2010). Características da violência sexual sofrida por crianças assistidas por um programa de apoio. *Rev. Rene. Fortaleza*, 11(1),

38-47. Recuperado de:  
<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027969020.pdf>. Acesso em 01 de abr.  
de 2020.

Wassermann, V. G. (2011). *Crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar e suas respectivas mães: autopercepção, relações interpessoais e representação de objeto* (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul. Recuperado de:  
<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/746>. Acesso em 01 de abr. de 2020.

Enviado em: 24/03/2020

Aceito em: 24/10/2020